

UMA REFLEXÃO SOBRE A RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE

doi: 10.4025/imagenseduc.v2i3.18446

Fabiana Pina*

* Secretaria Estadual de Educação de São Paulo – SEE/SP. fabianapina@bol.com.br

Resumo

O presente artigo procura desenvolver uma reflexão sobre a finalidade da Universidade. Já definida a sua importância para toda a sociedade, procuramos discutir com base em dois documentos: *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira* e o *Relatório da Equipe de Assessoria ao planejamento do ensino superior*, qual a ligação necessária e indispensável existente entre a Universidade e a Sociedade, entre a formação profissional e pessoal. A seleção dos documentos citados se justifica pelo fato de que estes fizeram claras menções a estas questões. Como veremos ao longo do artigo, a relação: universidade versus sociedade e universidade versus formação profissional nem sempre foi vista, e talvez ainda não é de maneira totalmente harmônica. Isso porque, para alguns estas associações levariam a Universidade ao sinônimo de um curso de ensino técnico e profissionalizante. Como veremos as análises destas questões não podem ser facilmente resumidas desta maneira porque esta síntese exclui toda a reflexão feita durante anos em torno destas questões.

Palavras-chave: Universidade. Sociedade. Pesquisa e formação profissional.

Abstract: A reflection about the relationship between University and Society.

The aim of this article is to stimulate a reflection about the University proposal. Considering the importance of the University by the society, this paper intends to discuss the relationship between the two concepts, through professional and personal development, based on two documents known as *Rebuilding Brazilian University Structure* and *Team Report to Advanced Education Planning*, texts concerned specifically to our aim. As shown, the relationship between university and society hasn't been clarified. University objectives have been confused to Technical Training Courses and concepts like *Techne* and *Episteme* must be visited and explored.

Keywords: University. Society. Research and Professional Formation.

A importância da educação para o desenvolvimento da sociedade é indiscutível. Sabemos que, ao longo dos anos, pela análise da experiência de vários países, a evolução e a melhoria da qualidade de vida da população estão diretamente relacionados ao nível educacional desta, ou seja, a educação é componente essencial para o progresso de um país. Durante a década de 1960, este tema esteve em pauta e houve uma polarização em relação a ele: de um lado, estavam aqueles que afirmavam que ensino e desenvolvimento estavam e deveriam estar relacionados; de outro lado,

aqueles que entendiam que ensino e desenvolvimento não deveriam estar vinculados. Analisaremos aqui o estudo feito, a pedido do Ministério da Educação, ao professor norte-americano Rudolph Atcon e os escritos publicados por ocasião da efetivação do Acordo MEC-USAID. O debate que se seguiu revela duas concepções distintas de educação e do seu papel na sociedade.

O Acordo MEC-USAID foi assinado em 1966 pelo Ministério da Educação (MEC) e pela United States Agency for International Development (USAID). Ao longo de quatro

Imagens da Educação

anos foram firmados doze acordos, a maioria relacionada à educação no Brasil. Alguns estavam voltados para o ensino primário, outros para o ensino médio e, por fim, os demais para o ensino superior, que terão aqui atenção exclusiva. Nesse período as dificuldades enfrentadas pela universidade brasileira eram muitas; trata-se de problemas que foram se acumulando ao longo dos anos e atingiram grande dimensão nesse período. A falta de vagas, a estrutura organizacional da universidade, que não exigia professores de tempo integral e uma administração que evitasse gastos, ou melhor, uma administração que soubesse direcionar os gastos para as questões primordiais, são alguns exemplos. Além dessas questões, o governo ainda enfrentava uma organização educacional superior que não condizia com o nível de desenvolvimento que se almejava alcançar. O principal objetivo dos governantes de então era o Brasil atingir o patamar de país desenvolvido, considerando-se para isto a educação como peça fundamental. Compartilhava desta ideia o professor Rudolph Atcon, responsável pela análise de onze universidades federais e uma particular, brasileiras, e autor do livro *Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira*.

Durante anos a discussão esteve polarizada entre a universidade ter uma função profissional, ou seja, formar pessoas capacitadas para o mercado de trabalho, ou ter uma função científica, ou seja, formar pessoas capazes de pesquisar e desenvolver novas reflexões sobre os problemas sociais e econômicos do país. No seu artigo *MEC-USAID: ideologia de desenvolvimento americano aplicado à educação superior brasileira*, Goetzl caracterizou a universidade proposta pela USAID como ‘empresarial’, uma concepção oposta à denominada por ele de ‘Revolucionária’. De acordo com o autor, as características da ideologia revolucionária eram:

Ciência, saber e arte são valorizados por si sós; Dá ênfase à necessidade de mudança qualitativa para alterar o sistema ou estabelecer um sistema melhor; Criatividade e inovação são valores-chaves; Identificação com grupos abstratos, por exemplo: classe baixa, países subdesenvolvidos. Em contraposição, as características da ideologia empresarial eram: “Ciência aplicada, engenharia, relações públicas e perícia administrativa tem valor para manter e aperfeiçoar o

sistema ênfase à necessidade de mudanças quantitativas para fazer aperfeiçoamento progressivo no sistema, autoridade, sistematização e normas burocráticas são consideradas necessárias para manter a ordem, ou mesmo consideradas como fins em si (GOERTZEL, 1967, p. 127).

O fundamento do debate é a questão da *finalidade da universidade*, também objeto de reflexão neste artigo. Assim, como se pode perceber, para alguns autores a finalidade da universidade era revolucionária; pretendiam transformar a sociedade por meio da educação; para outros, a finalidade da universidade era contribuir para que o país atingisse o nível de uma nação desenvolvida. No entanto, como veremos ao longo deste artigo, esses objetivos não estavam tão bem delimitados e as divisões não eram tão simples quanto se pode parecer. Nossa caracterização serve antes para tornar a questão central mais visível, sendo, por isso mesmo, um recurso de análise.

Goertzl afirmou em seu artigo que a concepção empresarial de educação procurava negar a relação entre a universidade e o restante da comunidade. No entanto, Atcon, que analisou a universidade brasileira em 1966, observou que:

É uma injustiça social frente a quem tem que pagar conta do Ensino Superior, isto é, a vasta maioria de uma comunidade que nunca terá a menor oportunidade de desfrutar dos privilégios que provêm da posse de um título acadêmico-profissional. O mínimo que se deve esperar dos que, à custa da sociedade recebem este ensino privilegiado- cujos resultados formais lhes permitam o acesso ao poder- é de que eles pelo menos sirvam à sua sociedade dentro do campo escolhido para o qual foram formalmente preparados (ATCON, 1966, p. 5).

É inegável que o professor Atcon possui uma visão e uma preocupação econômica para com a Universidade:

Como critério decisivo para qualquer reformulação estrutural da universidade, para qualquer reorganização institucional, aquisição de meios materiais de recursos humanos, ou para qualquer nova construção, deve estar sempre presente o fator econômico. Não no sentido de

Imagens da Educação

disponibilidades financeiras, para levar a cabo qualquer despropósito, “já que os fundos foram aprovados”, mas no sentido absoluto de planejamento, para conseguir o máximo de rendimento com a menor inversão de dinheiro (ATCON, 1966, p. 4).

Para ele, é clara a ligação entre a sociedade, que mantém a universidade, e os benefícios que esta lhe deve proporcionar. Quando analisou o que denominou ‘Fator da não correspondência entre Conhecimentos, Títulos e Profissão’, ele considerou que seria obrigação do estudante, que foi mantido pelo Estado durante sua permanência no ensino superior na universidade federal, desempenhar a sua carreira na área em benefício do país. Este seria um ‘dever’ do estudante para com a sociedade. Por este motivo, afirmamos anteriormente que as posições não podem ser pré-definidas de maneira tão opostas como as apresentadas por Goertzel.

Atcon era um professor norte-americano que, após desenvolver a sua análise acerca do ensino superior brasileiro, afirmou a necessidade da ligação que deveria existir entre universidade e sociedade. É claro que Atcon não separa estas questões do desenvolvimento do país, e o mesmo fez os professores responsáveis pelo acordo MEC-USAID. No entanto, para eles, estas (educação, sociedade e desenvolvimento) eram questões que estavam entrelaçadas. Como já dissemos, esta ideia ainda é presente. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou no ‘Café com o presidente’, do mês de fevereiro de 2010: “Nós pretendemos chegar ao final do ano com mais de 500 mil jovens participando nas escolas técnicas brasileiras, e eu penso que isso vai permitir que o Brasil possa, daqui para a frente, investir ainda mais na educação para que a gente possa se transformar numa potência econômica”.

O raciocínio de Atcon é simples. Quem mantém a universidade é a sociedade, ou seja, quem paga para o aluno estudar é toda a sociedade e não seria justo, após quatro, cinco ou até mesmo seis anos para o curso de medicina, estes alunos não assumirem a sua responsabilidade profissional perante o curso que escolheram. Dessa maneira, podemos afirmar que Atcon fez uma associação clara e objetiva entre Universidade e área de trabalho.

Mais do que a relação já explanada, ele afirmou que também é função da Universidade a manutenção e a ampliação da mão-de-obra necessária para o desenvolvimento do país. Prossegue afirmando que, caso não seja dessa maneira, não haveria motivo para a sociedade manter financeiramente estas instituições se, na prática, elas não trouxeram qualquer tipo de retorno para a sociedade. Acrescente-se que, para este autor, não precisaria ser apenas retorno financeiro. Dito de outro modo, Atcon não propõe um ensino meramente técnico.

Atcon foi criticado por Goertzel que acreditava que estes estudiosos norte-americanos tinham como objetivo o treinamento para carreiras específicas em vez do desenvolvimento das forças intelectuais gerais. Atcon realmente desenvolveu uma estreita relação entre o ensino superior, a profissão e, inclusive, o desenvolvimento do país. No entanto, em suas considerações, percebemos que isso não excluía outras questões: “Nesta unidade universitária devem encontrar-se todas as matérias básicas de conhecimento humano que **não sejam matérias estritamente dirigidas à preparação profissional**” (ATCON, 1966, p. 15, grifo nosso). O fato é que tanto o trabalho do professor Atcon, quanto o relatório deram ao ensino superior uma responsabilidade social que está entrelaçada com as questões econômicas e, talvez, este tenha sido um dos motivos da repulsa por parte da sociedade em relação ao Acordo. A ideia de que o ensino era algo superior ou paralelo às questões econômicas é uma reflexão não aceita por estes estudiosos.

Como já dissemos, o Acordo e o estudo do professor Atcon foram alvos de críticas por serem desenvolvidos por norte-americanos. No entanto, todos os responsáveis pelas análises fizeram um profundo estudo do sistema universitário e uma análise que incluiu, entre outras coisas, visitas a estas instituições. Outra questão importante é termos consciência de que as propostas dos norte-americanos não foram impostas ao governo brasileiro, que tinha a decisão suprema em relação à efetivação de qualquer das mudanças propostas. De acordo com Cunha:

A tese pode ser resumida assim: a concepção da universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pelos Estados Unidos com a conveniência

Imagens da Educação

da burocracia da ditadura, mas antes de tudo, foi buscada desde fins da década de 40 por administradores educacionais, professores e estudantes, principalmente os primeiros, como um imperativo da modernização e, até mesmo da democratização do ensino superior em nosso país. Quando os assessores norte-americanos aqui desembarcaram, encontraram um terreno arado e adubado para semear as suas idéias (CUNHA, 1988, p. 22).

Percebe-se que os militares, e não somente eles, tinham uma política externa independente e objetivos claros para o a educação do país, que era o desenvolvimento. Por isso, podemos afirmar que os militares brasileiros não se alinhavam incondicionalmente aos EUA. Ao contrário, tinham uma política externa independente. Assim, tomaram como modelo a universidade americana por entenderem que era a melhor para o país alcançar o tão almejado desenvolvimento e não por simples alinhamento ideológico.

Quanto ao Acordo, sua proposta era o desenvolvimento de um estudo dos problemas universitários por estudiosos norte-americanos, J. Martin Klotsche, John D. Ryder, Henry W. Hoge, e o professor John M. Hunter, e um planejamento para a melhoria do ensino superior. O resultado deste estudo foi publicado no livro aqui mencionado como Relatório: *Relatório da Equipe de Assessoria ao planejamento do ensino superior EAPES (Acordo MEC-USAID)*.

Nas primeiras páginas do relatório, Rubens Porto escreveu *In Memoriam* ao professor José Fernando Domingues Carneiro duas paginas nas quais apresenta o que seria para ele uma das finalidades da Universidade: “Ora, a Universidade se possui com certeza outras finalidades tem como uma das suas principais missões a de preparar líderes que sejam capazes de sentir, no turbilhão das aspirações mal definidas do povo, as diretrizes certas que o conduzam pelas estradas luminosas do futuro que merece” (PORTO, 1969, p. X). Ao longo do relatório as definições se tornam mais claras que a então apresentada: “A educação é não apenas uma responsabilidade social, mas também fator de desenvolvimento” e mais “Parece-nos muito difícil, na análise do desenvolvimento econômico, de segregar e medir separadamente

esses dois fatores, cultura geral e cultura profissional” (RELATÓRIO, 1969, p. 23; 29).

As considerações destes autores não excluem e/ou colocam em oposição a cultura geral e a cultura profissional. Para eles, estas estavam interligadas, ou seja, o desejo e a busca pela profissionalização e o desenvolvimento do aperfeiçoamento científico não são objetivos opostos, mas estão diretamente vinculados.

Na medida em que a Universidade estiver preparando e formando professores, técnicos, cientistas e profissionais imediatamente destinados às necessidades do desenvolvimento do país, estará cumprindo suas finalidades específicas. (Como poderemos negar que) “O universitário, ao mesmo tempo em que se prepara para ser membro útil a sociedade, através da carreira que escolheu, deverá, aos mesmos passos, encontrar nessa carreira o meio de ganhar a vida e de prover às necessidades da família” (RELATÓRIO, 1969, p. 71).

No período então estudado a associação entre universidade, sociedade e profissão foi motivo de repulsa por alguns críticos. Alguns achavam que, entre outras medidas propostas no Acordo, esta associação faria do ensino superior algo muito próximo a um ensino técnico, como afirmou Goertzel ao considerar que a proposta educacional da USAID seria o que poderíamos chamar de uma proposta empresarial de educação. Quanto à ligação da universidade e da sociedade afirmavam que seria uma visão capitalista para o ensino, já que estava pautada na relação de que a sociedade que mantém a universidade deveria ser beneficiada por esta, como se a universidade não pudesse ter finalidade material. (A ideia de dar e adquirir, a ação feita para obter algo em troca).

[...] país pobre, devemos formar pessoal de nível superior dentro das necessidades do mercado de emprego e não desperdiçar recursos como atualmente fazemos. Se os norte-americanos agem assim, que dizer de nós, ainda com pecha no subdesenvolvido, a formar universitários em modalidades sem colocação no mercado? Desperdiçamos tempo e dinheiro, quando temos pressa e somos pobres. É a estratégia do desperdício (RELATÓRIO, 1969, p.72).

É inegável, portanto, que o relatório apresenta uma preocupação financeira em relação à universidade. No entanto, isso não significa que o objetivo único da universidade seria formar pessoas para atuar nas áreas de serviço necessárias para o desenvolvimento do país. Com o Decreto Lei n. 53, de 18 de dezembro de 1966, iniciou-se um processo de reformulação do Ensino Superior Brasileiro: “As Universidades Federais organizar-se-ão com estruturas e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções de ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (RELATÓRIO, 1969, p. 111). Foi proposto pelo Acordo o fim da cátedra, a exigência de professores e alunos de tempo integral para o desenvolvimento de pesquisas, a efetivação dos departamentos que diminuiriam os gastos universitários, e, entre outras coisas, a melhoria de toda a estrutura universitária com as bibliotecas mais bem equipadas. A permanência destes fatores contribuiu para o atraso do sistema universitário e impedia a efetiva modernização. Diante destes objetivos, os ‘inimigos’ foram definidos, aqueles que queriam manter a estrutura universitária e aqueles que queriam uma modificação diferente e nunca definida qual seria ela.

Outra questão a se pensar, é que o relatório, diferentemente da análise apresentada por Atcon no livro *Rumo à reformulação estrutural da Universidade brasileira*, não é a reflexão de um único autor. Como já citamos, foram cinco os norte-americanos responsáveis pela análise do ensino superior brasileiro. Alguns dos autores deram maior importância para as análises ligadas às questões econômicas da universidade e, outros não; mas o importante é analisar o relatório em seu conjunto, ou seja, todos os artigos nele publicados. Quanto ao trabalho do professor Atcon, como já destacamos, ele desenvolve reflexões nos dois sentidos: as funções culturais, sociais e econômicas de uma instituição universitária.

Para pensarmos em algo diferenciado das reflexões estudadas, seria a apresentada pelo estudioso Kourganoff. Ele, sim, separou totalmente o ensino superior e a pesquisa científica, aproximando o ensino do que poderíamos chamar de ensino técnico. A crítica

do autor parte do princípio de que nem sempre os bons pesquisadores são bons professores e afirma que: “Todas as universidades do mundo que são denominadas pelo primado da pesquisa caracterizam-se por uma atitude irresponsável do corpo docente em relação aos estudantes” (KOURGANOFF, 1990, p. 100.). A separação entre ensino e pesquisa fica estabelecida de maneira totalmente rígida e intransponível. Em suas próprias palavras:

No capítulo 9, respondemos negativamente a questão de que todo professor universitário deveria ser um pesquisador ativo, ressaltando que não se podia considerar a formação de pesquisadores como a única nem a principal missão do Ensino Superior, e que a formação de pesquisadores não poderia ser pensada somente para os seus períodos finais (KOURGANOFF, 1990, p. 194).

Ainda de acordo com o mesmo autor: “Não nos devemos esquecer nunca de que a principal função da Universidade é a sua função formadora” (KOURGANOFF, 1990, p. 217). Ora, o autor não se refere exclusivamente à universidade brasileira, ao contrário, sua reflexão é sobre as universidades, citando muito a francesa e também a norte-americana. A maioria de nós, defensores de que um ensino efetivo se faz somente através da pesquisa, não aceitará as reflexões da maneira como foram pensadas, mas elas se fazem necessárias no artigo para mostrar que estas seriam o alvo das críticas feitas ao relatório do professor Atcon e do acordo MEC-USAID. Não queremos aqui praticar anacronismos tão prejudiciais para o estudo da História, mas queremos mostrar a diferença da reflexão feita por Atcon e a apresentada no Acordo e a do escritor Kourganoff.

Em um ponto a observação de Kourganoff merece uma reflexão: “A imensa maioria dos trabalhos de pesquisa, ao invés de questionar as idéias correntes, consiste simplesmente em levar essas idéias às suas últimas conseqüências” (KOURGANOFF, 1990, p. 119). Em nossa pesquisa, e este artigo faz parte dela, tentamos não levar as ideias pré-estabelecidas às suas últimas conseqüências, mas questioná-las sem pré-conceitos estabelecidos. Ao estudarmos as questões apresentadas neste artigo, concluímos que simplesmente esse período da nossa história não pode ser mais resumido como a luta entre o

bem (população) versus o mau (militares), que por mais que seja esta a tendência natural do ser humano, acostumado com esta visão desde a infância, apresentada nos clássicos como a chapeuzinho vermelho e o lobo mau, por mais difícil que seja, precisamos apresentar um estudo que, se aprofundado, nos leva a concluir que o período do governo militar, por mais malefícios que tenha trazido à população, que foi privada dos seus mínimos direitos, de pensar e expressar suas opiniões, foi também o responsável pela efetivação de um estudo detalhado do ensino superior brasileiro e de propostas para a melhoria deste. E questões levantadas naquele período, como a relação já apresentada entre a universidade e a sociedade são hoje aceitos como indispensáveis para o bom funcionamento destas duas.

É importante esclarecer que em nosso artigo em momento algum questionamos a importância da universidade na sociedade. O lugar da instituição universitária já é um local determinado dentro da sociedade e não poderia ser diferente devido à sua inquestionável necessidade para o ser humano. As questões giram em torno de outro problema, qual seja, esclarecer as finalidades destas instituições indispensáveis na nossa sociedade.

Realmente, temos de admitir que a reflexão então apresentada não é a mais idealizadora da formação do ser humano e, por isso mesmo, não é a mais irreal. É passado o tempo em que o nosso discurso tem de ser uma reflexão da realidade e não a idealização de um presente que não existe e de um futuro duvidoso. Ora, até quando vamos afirmar que as pessoas procuram os cursos superiores para realizações pessoais como se estas não tivessem relação com as realizações profissionais? Como se realizações profissionais também não fossem realizações pessoais, até quando vamos associar todo o ensino superior à pesquisa científica e achar que todos os que cursam cursos universitários **necessariamente** querem ser profissionais de pesquisa? Como demonstramos, a pesquisa é indispensável para a universidade, ela determina que um curso seja universitário, no entanto, após sua formação, o aluno pode seguir outra área que não seja esta. O que faríamos se fôssemos um país exclusivamente de pesquisadores? É tão necessário o professor de história quanto o pesquisador, o médico que faz as cirurgias, quanto os cientistas que buscam em seus

laboratórios novas soluções medicinais. Nossa reflexão passa longe da apresentada por Kourganoff, pois, concordamos que universidade não se faz sem pesquisa. No entanto, não pré-determinamos que o indispensável e o ideal para todos sejam a predeterminação de que os universitários necessariamente serão após a sua formação exclusivamente pesquisadores científicos.

Considerações Finais

Ao longo de nossa pesquisa procuramos estudar as questões que permearam os objetivos dos estudiosos americanos e brasileiros com a efetivação do Acordo MEC-USAID. A questão apresentada neste artigo, da relação entre a universidade e a sociedade, era uma das indagações constantes nos artigos desses estudiosos. Com o objetivo de um estudo reflexivo, chegamos entre outras considerações às aqui apresentadas.

Não podemos passar mais décadas a repetir que tudo o que foi feito ou proposto no período militar foi maléfico para a sociedade em geral. Infelizmente, temos de, independentemente de classificar essas propostas como boas ou ruins, admitir que em relação a muitas delas ainda permanecemos carentes de mudanças.

A questão aqui apresentada é uma delas. A sociedade continua a manter um sistema universitário que pouco contribui em pesquisas para o seu crescimento e desenvolvimento. Ainda existem pessoas no meio acadêmico que rejeitam parcerias entre investidores e pesquisa por acharem que podem ser prejudiciais. Continuamos andando na contramão dos países que, de fato, alcançaram um ensino superior de qualidade. E assim o fosso entre a sociedade e a universidade permanece.

Como afirmou Castro (2012, p. 34) em seu artigo intitulado “A grande reforma educacional”, “Em vez de truculência de remexer pessoas e instituições, reformam-se os nomes e títulos de tudo o que acontece na área”. Essa reforma de nomes e títulos não provoca custos políticos e não desagradam parte da sociedade avessa a mudanças e felizes com o comodismo. Não é desse tipo de reforma que estamos precisando. Ao longo dos anos mudando nomes, mas os problemas continuam e, muitas vezes, se agravam, principalmente quando pensamos no ensino fundamental e

Imagens da Educação

médio. Buscando mudanças de nomes e programas políticos, e não de fato educacional, continuamos no mesmo caminho – o do fracasso na formação educacional dos seres humanos.

Diante de uma atualidade como a nossa não é de nos espantar que ao estudarmos textos com propostas educacionais da década de 1960 percebemos que elas continuam parecendo não apenas adequadas, mas necessárias ao atual contexto educacional brasileiro. Por outro lado, as críticas a esses estudos continuam simplistas e motivados politicamente, feitas por parte da sociedade que, como bem definiu Castro, busca soluções que não acarretem em custos políticos.

Referências

ATCON, Rudolph. **Rumo à Reformulação estrutural da Universidade Brasileira**. MEC-Diretoria do Ensino Superior. Rio de Janeiro: 1966.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório da Equipe de assessoria ao planejamento do Ensino Superior. EAPES, ACORDO MEC-USAID**. Brasília: MEC, 1969.

CASTRO, Claudio de Moura. A grande reforma educacional. **Revista Veja**, ed. 2283, n. 34, p. 24, 22 ago. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

GOERTZEL, Ted. MEC-USAID: Ideologia de Desenvolvimento Americano aplicada à educação Superior Brasileira. **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, VIII, n. 14, p. 123-137, jul. 1967.

KOURGANOFF, Wladimir. **A face oculta da Universidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1990.

SANTOS, Éder Fernando dos. **O ensino Superior no Brasil e os Acordos ME-USAID: o intervencionismo norte-americano na educação brasileira**. 2005. 168f. Dissertação

(Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

VEIGA, Laura. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e universidade no Brasil (1954-1964). **Revista Educação e Sociedade**, v. 4, n. 11, 1982.

Recebido em: 29/08/2012

Aceito em: 02/10/2012